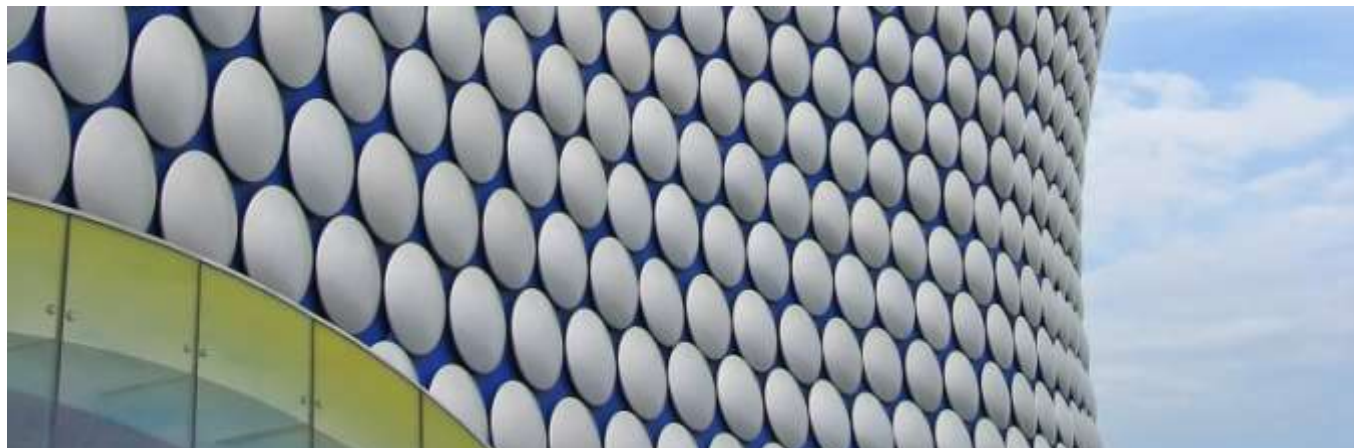


NOVO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO

Novembro de 2014



Índice

I. Reforma do CFI



Luís Batista

Tax Partner, Mazars

INTRODUÇÃO

A presente *tax letter* visa dar a conhecer as principais novidades fiscais, resultantes da publicação do Decreto-Lei n.º 162/2014, 31 de Outubro, que aprova um novo Código Fiscal do Investimento (CFI) e procede à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo.

Esta é uma publicação destinada a clientes e parceiros da Mazars, visando chamar a atenção para os aspectos mais relevantes da legislação publicada, não tendo um carácter exaustivo.

Esperamos, assim, que a presente *tax letter* se revista de utilidade para os seus destinatários, permitindo informar e sensibilizar para as matérias fiscais que, consoante as particulares realidades de cada um, poderão vir a merecer especial atenção na implementação das medidas adequadas aquando da entrada em vigor do diploma.

I. REFORMA DO CFI

No âmbito da autorização concedida pela Lei do Orçamento do Estado para 2014, o Governo procedeu à revisão do Código Fiscal do Investimento.

O Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de Outubro (“DL n.º 162/2014”) procede à Reforma do CFI e à alteração de disposições constantes do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

A reforma dos incentivos ao investimento produtivo procedeu à sistematização de todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas que se encontravam dispersos por diversos diplomas.

Neste âmbito, foram transpostos para o novo CFI os principais institutos de apoio ao investimento das empresas, designadamente:

- Regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo;
- Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI);
- Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II).
- Regime de Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR).

Adicionalmente, foi aditado ao EBF o Regime da Remuneração Convencional do Capital Social.

No que respeita aos benefícios fiscais contratuais, foi aumentado o limite máximo do crédito de imposto em sede de IRC para 25%, bem como as majorações previstas para investimentos realizados em regiões com um poder de compra *per capita* significativamente inferior à média nacional, que proporcionem a criação ou a manutenção de postos de trabalho.

As majorações previstas para estes investimentos variam agora entre 6% e 10%.

O limite das majorações era anteriormente de 5%).

Relativamente ao RFAI, foi aumentado o limite do crédito de imposto a deduzir em sede de IRC, de 20% para 25%, bem como o período de isenção ou redução de IMI, de 5 para 10 anos.

Com a reforma do CFI, o Governo reforçou os diversos regimes de benefícios fiscais ao investimento, em particular no que se refere a investimentos que proporcionem a criação ou manutenção de postos de trabalho e se localizem em regiões menos favorecidas, com o objecto de intensificar o apoio ao investimento e reforço da estrutura de capital das empresas.

O novo Código Fiscal do Investimento aplica-se aos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, excepto em matéria de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo, caso em que se aplica aos projectos de investimento cujas candidaturas sejam apresentadas a partir de 1 de Julho de 2014, inclusive.

Mazars em Portugal: Lisboa • Porto • Leiria

Mazars em Angola: Luanda

Para mais informações: www.mazars.pt